

## Trajetória das mulheres no Curso de Filosofia da Universidade do Estado do Amapá no período de 2008 a 2012

Alzira Marques Oliveira<sup>1</sup>, Delson de Souza Botelho<sup>2</sup>, Diliene da Silva Nogueira<sup>3</sup> e Gilmara Pereira Gonçalves<sup>4</sup>

1 Graduada em Ciências Sociais, Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Professora Curso de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amapá. E-mail: Alzira.marques@unifap.br

2 Graduado em História e Filosofia, professor do Instituto de Ensino Superior do Amapá (IESAP). E-mail: delsonbotelho@hotmail.com

3 Graduada em Filosofia. E-mail: diliene\_zaz@hotmail.com

4 Graduada em Filosofia. Email: gig294@hotmail.com

**RESUMO:** O objetivo da pesquisa foi analisar a trajetória das mulheres que estudam e/ou estudaram filosofia na universidade do Estado do Amapá no período de 2008 à 2012 buscando identificar problemáticas sobre a evasão dessas acadêmicas. Além da evasão buscou-se discutir medidas de permanência delas na universidade. A metodologia adotada para realização deu-se em quatro etapas distintas: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, tabulação dos dados e análise dos resultados. Foram analisadas cinco amostras de populações de discentes da Universidade do Estado do Amapá. Foram investigadas dezenove variáveis e 48 unidades amostrais. Com base nos resultados alcançados concluiu-se que as mulheres abandonam o curso de filosofia e conseqüentemente o seu fazer filosófico ao longo da trajetória acadêmica em decorrência da insuficiência de políticas públicas de permanência voltada para o segmento feminino na universidade.

**Palavras-chave:** universidade, gênero; filosofia, permanência

**ABSTRACT:** Path of Women in the Course of Philosophy the University of the State of Amapá the period 2008 to 2012. The aim of the research was to trace the trajectory of women who study and/ or studied philosophy at the university of the state of Amapá in the period 2008 to 2012 in order to identify issues regarding the circumvention of these academic. Besides the avoidance sought to discuss measures to remain in their university. The methodology adopted for the performance took place in four distinct stages: literature research, field research, data tabulation and analysis of results. We analyzed five samples of populations of students at the University of the State of Amapá. Nineteen variables were investigated and 48 sampling units. Based on the results obtained it was concluded that women abandon the philosophy course and therefore make your philosophical along the academic career due to the failure of public policy to remain focused on the female segment at the university.

**Keywords:** university, gender, philosophy, permanence

## 1 Introdução

As mulheres desde a antiguidade até a idade moderna tiveram a imagem associada a fragilidade e submissão. A mulher era um ser destinado à procriação, ao lar, para agradar o outro (BAUER, 2001; PERROT, 1988 e MOCELLIN, 2000).

Ao longo desenvolvimento das sociedades, a história registra a discriminação homem-mulher, principalmente em relação à educação, ao atribuir aos homens a condição de donos do saber e às mulheres o papel feminino, subordinado ideologicamente ao poder masculino (DUBY e PERROT, 1991; PILOSU, 1995 e PERROT, 1988).

Para Ferreira (2001) o que se tem da mulher em registro é o que foi escrito pelo homem de forma restrita e questionável, cabendo apenas as interpretações daquela época em que essa mulher vivia.

Na Antiguidade, Platão afirmava que os homens covardes que foram injustos durante sua vida, seriam provavelmente transformados em mulheres quando reencarnassem. Já Aristóteles dizia que a mulher é mulher em virtude de certas faltas de qualidade (HENRIQUES, 2010).

Pilosu (1995) relata que na Idade Média, as mulheres foram classificadas como prostitutas, bruxas ou santas servindo como modelo à virgem Maria. As prostitutas eram as que se entregavam aos vícios da carne e utilizavam seus corpos para saciar os desejos ou para ganho. As mulheres bruxas eram as que de alguma forma iam contra os dogmas da igreja. Muitas mulheres que tinham de alguma forma acesso às artes, às ciências ou à literatura padeceram nas mãos da santa inquisição. Buscar alguma forma de conhecimento custou à vida de milhares de mulheres. As mulheres da Idade Média tinham que ser moldes de virtudes da Virgem Maria, dóceis, puras e devotadas aos seus maridos (PILOSU, 1995).

Na idade moderna, não foi muito diferente. Renomados pensadores tiveram sua parcela de contribuição nas justificativas de sexo frágil. Rousseau, no Sec.XVII, disse que a mulher é um ser destinado ao casamento e a maternidade. Diderot escreveu que embora pareçam civilizadas continuavam a serem verdadeiras selvagens. Napoleão não menos preconceituoso afirmava a mulher era propriedade dos homens. Kant considerava a mulher pouco dotada intelectualmente, caprichosa indiscreta e moralmente fraca. Schopenhauer colocava a mulher entre o homem e o animal e dizia que os cabelos longos significava inteligência curta. Nietzsche considerava que o homem deveria ser educado para a guerra enquanto que a mulher para a recreação do guerreiro. Para Balzac, a única glória das mulheres estava em fazer pulsar o coração de um homem. Para Proudhon a mulher que trabalhava era uma ladra que roubava o trabalho de um homem (BARBOZA, 2009).

Certamente o processo de exclusão ao longo da história, determinou a escassez de obras filosóficas femininas. Nesse aspecto é necessário criar mecanismos de incentivo à filosofia para a mulher, mostrando-a como atrativa e construtiva ao saber. É necessário que se entenda e se busque onde esteve o pensamento das mulheres enquanto seres formadores de opiniões.

Na Universidade do Estado do Amapá o curso de licenciatura em Filosofia é predominantemente masculino, ao contrario das outras licenciaturas da instituição. O quantitativo de mulheres matriculadas no primeiro semestre de cada ano é significativamente inferior aos homens. E, o mais agravante é que em média 34% dessas mulheres desistem logo no primeiro semestre.

Diante dessa problemática a pesquisa teve o objetivo de analisar a trajetória das mulheres que estudam e/ou estudaram filosofia na Universidade do Estado do Amapá procurando responder o seguinte questionamento: Por que ao longo da trajetória acadêmica as mulheres abandonam o saber filosófico?.

O presente artigo foi elaborado a partir de resultados de investigação realizada em 2012 pelo grupo de pesquisa Estudos étnico-raciais: minorias, cultura e educação do curso de Filosofia da Universidade do Estado do Amapá.

A metodologia adotada para realização da pesquisa iniciou com a revisão da literatura, em seguida com entrevistas em profundidade (semiestruturadas), tabulação dos dados e análise dos resultados. Foram analisadas cinco amostras de populações e 48 unidades amostrais de discentes do curso de Filosofia. Nos depoimentos serão utilizados nomes hipotéticos visando a preservação dos nomes verdadeiros das mulheres.

O artigo inicia com revisão da literatura sobre a mulher na história da filosofia, analisando a figura feminina “discutida por meio de um sujeito que não é o que a representa, mas sim outro sujeito: o sujeito masculino. Mesmo assim, este discurso é evitado no campo filosófico” (TIBURI, 2005). Em seguida aborda-se a visão dos filósofos sobre as mulheres. Entre os principais estão Kant, Rousseau, Platão, Aristoteles, Schopenhauer e Hobbes. Aborda-se ainda a trajetória das mulheres nos ambientes universitários, bem como a questão da evasão das mulheres do curso de Filosofia da Universidade do Estado do Amapá (UEAP).

## **2 A mulher na história da filosofia**

Ao realizar um resgate sobre a presença das mulheres na história da filosofia, percebe-se que a figura do feminino “é discutida por meio de um sujeito que não é o que a representa, mas sim outro sujeito: o sujeito masculino. Mesmo assim, este discurso é sempre evitado no campo filosófico” (VALLE, 2002, p. 69).

Segundo Andrioli (2006) a mitologia grega destaca fortemente a figura feminina através das deusas Artemis, Atena, Afrodite, Deméter, Hera, Perséfone, Pandora e Gaia. A inteligência e o pensamento eram representados pela deusa Minerva. Porém, é interessante destacar, que esta nasce não do corpo de sua mãe, mas da cabeça de seu pai, Zeus. Isto só vem reforçar desde o princípio a desvalorização da mulher (COSTA e SACRAMENTO, 2012).

Para Tiburi, Menezes e Eggert (2002) na história da filosofia as mulheres não alcançaram ao longo de sua trajetória reconhecimento oficial de filósofas. Uma das principais razões para isso foi o preconceito por parte dos filósofos. Dentre eles destacam-se Kant, Rousseau, Platão, Aristóteles, Schopenhauer entre outros.

Kant em uma de suas passagens afirmou que uma mulher que tem a cabeça cheia como a marquesa de Châtelier, disputa sabiamente sobre temas de mecânica, só lhes falta a barba para expressar melhor a profundidade do espírito que ambicionam (Ruiz, 2002). Isto significa que o fato das mulheres se destacarem na história por sua capacidade intelectual não era fator suficiente para serem reconhecidas. Para isto teriam que ser homens (COSTA e SACRAMENTO, 2012).

Apesar da discriminação das mulheres no campo filosófico, é possível perceber que, ao longo da história da filosofia, várias mulheres se destacaram como seres humanos que buscaram saber e conhecimento. No século XX há um destaque especial a algumas filósofas importantes. Dentre elas, encontram-se Hannah Arendt, Simone Weil, Edith Stein, Mari Zambrano, Simone de Beauvoir e Rosa Luxemburgo. Estas mulheres, contrariando a ordem patriarcal de seu tempo, foram filósofas importantes e, sem dúvida, contribuíram decisivamente para a construção do conhecimento (TUBURI, 2005).

Embora a mulher tenha sido desprezada na história da filosofia, o tema mulher foi abordado por muitos pensadores. Apesar da visão discriminatória de alguns filósofos escritos de Platão, Aristóteles e Kant, retrataram a diferenciação entre os sexos. No entanto, estudos sobre as mulheres aparecem em obras menos conhecidas, as quais tratam de temas relacionados à moral, o que, certamente, contribuiu para que a questão da discriminação da mulher passasse despercebida.

Ao longo da história, o pensar foi considerado um privilégio dos homens, sem, contudo, impedir que houvesse uma lenta participação das mulheres na vida acadêmica. Um dos poucos registros históricos acerca do tema foi a existência de um centro de formação intelectual para mulheres, escola esta, fundada por Safo, poetisa de Lesbos nascida em 625 a.C (MENEZES, 2002).

Segundo Mocellin (2000) no Renascimento houve um aumento significativo das instituições escolares. Mas às mulheres mais uma vez só foi concedido um saber incompleto e sob uma forte vigilância, realizado, especialmente através de instituições religiosas.

Em Rousseau, o quinto capítulo do livro “Emílio” é marcado pela construção de um conhecimento que esvazia a possibilidade da mulher pensar. Para ele, “elas devem aprender muitas coisas, mas apenas aquelas que lhes convém saber” (ROUSSEAU, 1979, p. 501).

Para Andrioli (2006) o pensamento vigente é de que a mulher é permitido uma mente e um corpo, mas não os dois simultaneamente. Assim, ela jamais poderia produzir a razão, pois já possui a beleza. Essa dicotomia entre alma e corpo também aparece no pensamento de Platão. No diálogo “O Banquete” ele mostra que o amor sensível deve estar subordinado ao amor intelectual, ou seja “na juventude, predomina a admiração pela beleza física; mas o verdadeiro discípulo de Eros amadurece com o tempo e descobre que a beleza da alma deve ser considerada mais preciosa do que a do corpo” (ARANHA, 1986, p. 342).

Andrioli (2006) assevera que além disto, Descartes, no “Cogito” defende a ideia de uma essência primeira que antecede o corpo, ou seja, o pensamento. O ato de pensar,

segundo Descartes, é a própria existência corporal, de modo que o corpo vem a ser uma extensão do pensamento.

No Brasil o movimento feminista foi responsável por várias conquistas, dentre elas o acesso ao mercado de trabalho e ao ensino superior. Essas conquistas foram de suma importância para o espaço ocupado pelas mulheres no ambiente universitário. Algumas das filosofas que, mesmo diante de tantas adversidades, construíram um nome dentro da comunidade filosófica, com obras e textos que acabaram contribuindo de alguma forma nas análises e estudos da filosofia, mesmo sendo este um campo masculino. Dentre as mais representativas filosofas brasileira temos: Gilda Rocha de Melo e Sousa, Márcia Angelita Tiburi e Marilena de Sousa Chauí.

## 2.1 A história da mulher no ambiente universitário

A educação feminina é um fenômeno recente na história. Durante séculos, a mulher foi retratada, de modo geral, a uma situação de subordinação e dependência do pai e do marido, como objeto sexual do homem, colonizador e proprietário (TIBURI, 2005; HENRIQUES, 2010).

Segundo Duby e Perrot (1991) dentro de casa, as mulheres recebiam instruções de suas mães, escravas, avós, governantas e tias, tais como: bordar, cozinhar, costurar e outros afazeres, em sua maioria ligada ao cotidiano doméstico. Desta forma, por um longo período, dedicaram-se a um espaço privado, e consequentemente estiveram afastadas de uma educação formal.

Áries (1981) afirma que a ausência da educação feminina pode ser explicada pela exclusão da mulher do processo educativo pelo menos até o final do século XVII, quase dois séculos de diferença em relação aos homens. Além da aprendizagem doméstica as meninas não recebiam, por assim dizer, nenhuma educação. Nas famílias em que os meninos iam ao colégio, elas não aprendiam nada (ARIES, 1981).

No Brasil o acesso da mulher ao ensino superior foi marcado pela abertura do regime político ditatorial, pela liberalização sexual e pela quebra de antigos 'tabus'. O movimento feminista começa a ressurgir no Brasil e a entrada das mulheres no mercado de trabalho aparece também nas classes mais altas, nas quais tradicionalmente o papel desempenhado pelo contingente feminino estava ligado ao espaço doméstico e aos afazeres do lar. Essas mudanças são de suma importância para o espaço ocupado pelas mulheres no processo de escolarização da população brasileira (CUNHA, 1975; GUEDES, 2008).

O ensino universitário se destaca no processo mais amplo de escolarização feminina como um importante marco, pois sempre esteve mais diretamente relacionado à maior presença no mundo público e à aquisição não apenas de habilidades para o mercado de trabalho, mas também de novos valores e práticas. A importância dessa questão na estruturação de relações de gênero mais equânimes se reflete no fato de que, historicamente, essa foi uma bandeira que uniu as diversas correntes do movimento feminista. Perrot (2007 p.159) sintetiza essa dimensão ao afirmar que “o direito ao saber, não somente à educação mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a



mais largamente compartilhada das reivindicações do movimento feminista. Porque ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer”.

Na filosofia não foi e não é diferente, pois desde o período clássico percebemos um silêncio conveniente dos filósofos, para os quais influenciou a condição feminina ao espaço privado. O reconhecimento social como seres pensantes foi e continua sendo um desafio para o equilíbrio nas relações de gênero, tantos nos currículos escolares quanto universitários percebemos que pouco consta sobre as mulheres filósofas (FERREIRA, 2009).

A voz predominante na filosofia ainda é masculina, conforme Camacho (1998) com algumas exceções. Os filósofos possuíam olhares negativos quanto a presença das mulheres em ambientes públicos.

Para Beauvoir (1970), a representação do mundo é obra dos homens eles o descrevem a partir de seu próprio ponto de vista, ao longo da história, o padrão da medida do que entendemos como humano, principalmente na filosofia e de forma em geral passa principalmente por uma visão masculina. Então, as mulheres sempre existiram na filosofia, tanto no passado quanto no presente, hoje já um menor desprezo e ignorância pela mulher filósofa.

De acordo com Louro (2002) há dentro dos espaços públicos e principalmente dentro das universidades um número cada vez maior de mulheres se graduando, e dentro da perspectiva filosófica não é diferente, pois um número significativo de filosofas.

Segundo Ferreira (2001) a história mostra que ao longo da trajetória a forma que as mulheres encontraram para assegurar sua sobrevivência foi submetendo-se aos maridos, ou seja, trata-se de estratégia, e não de ética.

Segundo dados do IBGE (2000) a população feminina no Brasil é superior a masculina. Entretanto é país da América Latina com maior índice desigualdade entre homens e mulheres. Essa parcela de mulheres está marginalizada e em péssimas condições de vida. O que reflete na qualidade de vida dessas mulheres e de suas famílias.

Embora o movimento feminista tenha apontado alguns avanços, cada vez mais que as mulheres vem percebendo a necessidade de lutar por seus direitos, deixando a condição de submissão e servidão.

Dados do IBGE (2000) apontam ainda que a sociedade brasileira é machista, preconceituosa, sexista, androcêntrica e hegemônica. Mas se as mulheres são a maior parcela da população brasileira, por que não se provoca a mudança?

Segundo Rosa (2006) e Guedes (2008) é visível a desigualdade relacionada a sexo no Brasil. As desigualdades continuam, a mulher continua ganhando menos desenvolvendo as mesmas atividades. E em alguns casos, por ser mulher precisa provar que é mais capaz. Na filosofia, por exemplo, quem vinha de outras áreas, especialmente da educação não era bem recebida.

Mais recentemente em 2002 o IBGE publicou dados de pesquisas mostrando que as mulheres ganham menos que os homens em todos os estados brasileiros e em todos os níveis de escolaridade. 71% das mulheres que trabalham recebem até dois salários mínimos, contra 55% dos homens. Elas também se aposentam em menor proporção e há mais mulheres idosas que não recebem aposentadoria, nem pensão (IBGE, 2002). A-

lém disso um menor entendimento das pessoas pardas e negras, “do total de pessoas que faziam parte do 1% mais rico da população, 88% eram de cor branca, enquanto que entre os 10% mais pobre, quase 70% se declararam de cor preta ou parda (IBGE, 2002).

## 2.2 Políticas públicas de acesso e permanência na universidade

O incentivo ao ingresso à universidade é meta nacional para muitos países, assim como para Brasil. Entretanto, a grande problemática é a evasão de grupos em desvantagem social tais como mulheres, negros e pobres. Esse problema deve ser enfrentado em nosso País com políticas públicas voltadas não apenas ao acesso, mas a permanência desses grupos na educação superior (SCHWARTZAN, 2005)

O Plano Nacional de Educação (PNE) instituído pelo Ministério da Educação – MEC estabeleceu como uma de suas metas o provimento, até 2010, a “oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos” (Brasil, 2000). O documento enfatiza que o Brasil apresenta um dos mais baixos índices de acesso à educação superior entre os países da América Latina. Em 2000, somente 12% dos brasileiros entre 18 a 24 anos estavam matriculados na educação superior brasileira.

Uma das metas do governo federal baseou-se na criação de políticas facilitadoras às minorias, vítimas de discriminação, tendo como oportunidade o acesso à educação superior, permitindo-lhes “competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino” (BRASIL, 2000, p. 45).

Os dados do PNE retratam a realidade da educação brasileira, a partir dos dados estatísticos do Censo da Educação Superior de 2009, divulgados pelo INEP, e de estudos atuais sobre os desafios para reduzir os índices de evasão e o aumentar a permanência dos estudantes na educação superior.

Para Haddad (2007) os resultados da pesquisa do IBGE divulgados em 2000 demonstram a necessidade de continuar investindo nas políticas públicas, com vistas a melhorar as condições da educação superior, por meio de mecanismos que facilitem o acesso e a permanência dos estudantes nas IES brasileiras.

Segundo Zago (2006) o importante na educação superior é oportunizar a acessibilidade dos estudantes, a partir de políticas públicas que atendam as necessidades dos diferentes grupos, garantindo o apoio em todas as suas dimensões de forma a reduzir a evasão e a exclusão durante a sua formação e estudos.

O fortalecimento e a integração do planejamento entre sistemas educacional de nível médio e superior proporcionam o aumento na equidade de acesso. Uma diversificação quanto à oferta de Ensino Superior pode acomodar um conjunto variado de alunos, uma vez que a multiplicidade de origem, experiência, aptidão e aspiração dos aprendizes são muitas. Considerar políticas afirmativas para grupos específicos, também é uma forma que pode oportunizar a equidade de acesso ao Ensino Superior (FELICETTI e MOROSINI, 2009).

Nesse aspecto Felicetti e Morosini(2009) afirmam ainda que a equidade no ensino superior não se refere somente ao acesso, também à permanência com qualidade. Nes-

te sentido, a equidade representa a intensidade em que os alunos podem se beneficiar da educação e da formação, através de acesso, oportunidades, acompanhamentos e resultados. Quando os resultados da educação e da formação do alunado não dependem de fatores geradores de “características iniciais” e quando o tratamento em relação à aprendizagem corresponder às necessidades específicas de cada um, pode-se dizer que o sistema educacional estará sendo equitativo (FELICETTI e MOROSINI, 2009, p. 21).

Para Buarque (1994) entender o processo de evasão dos cursos de graduação é enfrentar uma das crises da universidade, na medida que essa atitude pode ser a forma que os alunos encontram para se manifestar, uma vez que não encontram na universidade um ambiente que não só considere a diversidade de sua comunidade, mas também que se proponha a discutir essa diversidade.

Uma explicação para a evasão nas universidades segundo dados do IBGE (2002) pode está vinculada a questão da renda das famílias e com questões de raça, cor e gênero, pois ricos e pobres não têm as mesmas oportunidades, o mesmo ocorrendo com brancos e negros, homens e mulheres.

A trajetória da educação brasileira mostra alguns avanços com relação à expansão na última década, quando possibilitou a abertura de vagas tanto em IES públicas quanto privadas, assim como, as necessidades prementes quanto aos estudos e políticas de ingresso ao ensino superior.

Contudo, mesmo com as políticas públicas instituídas pelo governo federal dos últimos anos, essas não têm atendido às demandas existentes, pois, ainda impõe-se haver maiores avanços com relação ao acesso, à equidade e a permanência na educação superior, de forma a amenizar o impacto da evasão dos estudantes (GAIOSO, 2005).

### 2.3 A Universidade do Estado do Amapá e o Curso de Filosofia

A Universidade do Estado do Amapá (UEAP) foi criada através da Lei nº. 0969, de 31/03/2006, e Lei nº. 0996, de 31/05/2006 a instituiu. É regida pelos instrumentos normativos: Estatuto; Projeto Político Pedagógico (PPP); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Regimento Geral; Projetos Pedagógicos de Cursos. Tem como missão atuar na formação de técnicos em nível superior, contribuindo com a capacitação de profissionais para o mercado de trabalho e com o processo de desenvolvimento do estado do Amapá, elevando o nível sociocultural da população amapaense e da Amazônia.

Atualmente a UEAP dispõe de 12 cursos sendo estes: Licenciaturas em Filosofia, Letras, Pedagogia, Química, Ciências Naturais e Ciências Agrárias e as Engenharias de Pesca, Produção, Florestal, Química, Ambiental e Tecnologia em Design.

O Curso de Licenciatura em Filosofia foi instituído na UEAP a partir da obrigatoriedade dessa disciplina na matriz curricular do Ensino Médio oriundo da resolução nº 4, de 16 de agosto de 2006, do Conselho Nacional de Educação. Diante da significativa demanda de profissionais habilitados nesta docência foi lançado em 2008 esse curso com a missão capacitar futuros professores para enfrentar as



dificuldades imbricadas ao ensino de filosofia, carregando em seu bojo a finalidade de formar profissionais competentes para o Ensino Básico, Médio e Superior.

## 2.4 A mulher no curso de filosofia da UEAP

Antes de apresentar o perfil socioeconômico da mulher no contexto da UEAP é interessante abordar a mulher na sociedade amapaense, a partir da visão de autores como Silva e Barroso (2013), Almeida et al (2013), Leite, Lemos e Vieira (2011) e Ribeiro e Filocreão (2013).

Para Leite, Lemos e Vieira (2011) a “mulher” possui um papel fundamental na sociedade amapaense, pois grande parte delas são chefes de família. Para essas autoras a mulher amapaense busca o reconhecimento do seu papel perante a sociedade através da luta por igualdade de direitos. Silva e Barroso (2013) ao analisarem fatores estigmatizantes em vítimas de escarpelamento, afirmam que dentro dessa concepção de “mulher ribeirinha” de realidade amazônica, há uma pressão para as mulheres adotem o padrão estético contemporâneo de beleza física imposta pela sociedade. Almeida et al (2013) ao analisarem a participação da “mulher rural” em organizações sociais na Amazônia apontam que elas vivem uma realidade regada a desafios. Na referida pesquisa constatou-se que as mulheres combinam atividades domésticas com outras atividades, tais como pesca, roça e o extrativismo do açaí. Averiguou-se ainda que elas possuem papel relevante nas organizações sociais daquela área de estudo e que há necessidade de políticas que valorizem suas especificidades. Ribeiro e Filocreão (2013) ao pesquisarem a organização de mulheres na reserva extrativista do Rio Cajarí-AP, apresentaram a realidade da “mulher castanheira”. Para esses autores a mulher retratada na pesquisa, atualmente é um importante agente político e possui papel fundamental na autonomia econômica da família, com fortes impactos e alterações nas relações de gênero.

Os autores retrataram anteriormente realidades e diferentes desafios da mulher amapaense, que buscam, enquanto sujeito novas formas de luta para sua vivência. Na UEAP a luta das mulheres é por condições de permanência que garantam a conclusão de seus cursos, como por exemplo, as acadêmicas do curso de Filosofia.

### 2.4.1 Perfil socioeconômico das acadêmicas de filosofia

Os questionamentos iniciais foram os mesmos para as discentes de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012. O primeiro questionamento foi sobre a idade. Constatou-se que maioria das acadêmicas está na faixa de idade de 21 a 25 anos, equivalente a 41%, na faixa de idade de 16 a 20 anos corresponde a 19% das discentes, esse mesmo quantitativo está entre 26 a 30 anos e 21% possuem acima de 30 anos. Verifica-se que as mulheres 16 a 20 anos são minorias. Tais dados reafirmam a realidade da juventude brasileira, onde há urgência em políticas de acesso e permanência dos jovens no ensino superior. O Brasil é um dos países com mais baixos índices de acesso a universidade en-

tre os países da América Latina, ou seja, apenas 30% dos jovens entre 18 a 24 anos acessam as universidades brasileiras (BRASIL, 2000; HADDAD, 2007).

Quanto ao estado civil das acadêmicas, 73% se declaram solteiras, 21% casadas e apenas seis por cento (6%) declararam-se separadas ou desquitadas. Observa-se que nas turmas há uma predominância de mulheres solteiras. Pode-se então afirmar que as mulheres na atualidade estão optando pela profissionalização ao invés de contraírem matrimônio e tornarem-se submissas aos maridos conforme mostra Duby e Perrot (1991) ao relatarem a trajetória da mulher desde o renascimento até a idade moderna.

Sobre cor/raça segundo opções do IBGE, 62% se declararam pardas, 21% se afirmam brancas e 17% são pretas. Os dados mostram que o numero de mulheres pretas é aproximadamente cinquenta por cento (50%) do quantitativo de mulheres pardas e inferior aos de mulheres brancas. As mulheres negras possuem duas condicionantes para superarem a barreira da seletividade de acesso ao meio universitário. A primeira é ser mulher e a segunda é ser negra. Esse fato é uma constante na realidade nacional. O depoimento de Roseane mostra bem isso:

“Quando vi meu nome na lista dos aprovados para o curso de Licenciatura em Filosofia da UEAP não acreditei que fosse verdade. Sempre pensei que meu futuro fosse encontrar um homem para casar, porque sou morena escura e pobre. Pessoas como eu estão fadadas a serem domésticas ou donas de casa. Agarrei essa oportunidade com todas as forças, porque creio que o estudo pode melhorar minha vida” (Entrevistada em: 11 de outubro de 2012)

Segundo dados do IBGE (2002) a uma extrema desigualdade entre pessoas de cor parda e negra no acesso aos espaços universitários. Quando se trata do sexo feminino é necessário discutir políticas de acesso e permanência já que elas são a maioria da população brasileira e possuem uma herança histórica de exclusão (PERROT, 1988; FELLICETI e MOROSINI, 2009).

No que se refere a renda familiar das mulheres de filosofia, 9% das acadêmicas afirmam possuir renda de até 1 salário mínimo, 52% possuem renda de 1 a 3 salários mínimos, 31% possuem renda de 3 a 6 salários mínimos, 2% possuem renda de 7 à 9 salários mínimos e apenas 6% possuem renda acima de 9 salários mínimos. Os dados mostram que a maioria das mulheres possui renda de 1 a 3 salários mínimos uma situação mostrada por pesquisas do realizada em 2002 pelo IBGE. De acordo com os resultados dessa pesquisa as mulheres ganham menos que os homens em todos os estados brasileiros e em todos os níveis de escolaridade (IBGE, 2002).

Se tratando de origem dessa renda, 2% é proveniente apenas do pai, 21% a fonte de renda é apenas da mãe, 27% afirma que a renda é oriunda do pai e da mãe, 12% afirmaram serem responsáveis pela renda da família e 38% possuem outra origem da renda familiar, que na maioria das vezes é o marido ou um parente próximo. Os dados revelam dois aspectos importantes. O primeiro refere-se à quantidade de mulheres responsáveis pela renda da família (21%) e o segundo diz respeito a serem responsável pela própria renda (12%). Neste aspecto é possível afirmar que os dados corroboram os

dados da pesquisa do IBGE (2002) onde se constatou que as mulheres atualmente estão participando ativamente do mercado de trabalho, seja ele formal ou informal e que vem crescendo o número de mulheres responsáveis pela renda familiar.

Sobre a escolaridade das mães das acadêmicas, 48% possuem o ensino fundamental incompleto, 11% o ensino fundamental completo, 4% o ensino médio incompleto, 27% o ensino médio completo, 6% o ensino superior e 4% possuem pós-graduação. Quanto aos pais os dados mostram que 39% possuem o ensino fundamental incompleto, 19% possuem o ensino fundamental completo, 4% possuem o ensino médio incompleto, 19% possuem o ensino superior. Observa-se que as mães das discentes possuem escolaridade inferior aos pais. A maioria das mães, ou seja, quarenta e oito por cento (48%) possuem apenas o ensino fundamental incompleto e apenas seis por cento (6%) delas possuem graduação. Já dezenove por cento (19%) dos pais possuem nível superior. Sobre essa disparidade relacionada ao ensino entre homens e mulheres Guedes (2008) afirma que é preciso criar que medidas a fim de diminuir essa diferença. Embora o movimento feminista tenha avançado na luta por direitos das mulheres o processo de escolarização precisa avançar mais (FELLICETI e MOROSINI, 2009).

Quando questionadas sobre as razões da escolha pelo curso de Filosofia, 56% afirmaram que optaram por afinidade, 9% optaram visando melhores oportunidades no mercado de trabalho, 2% fizeram por influência da família e 29% afirmam que foi segunda opção. Observa-se que o curso de filosofia é procurado pela maioria das mulheres porque elas acreditam que podem desenvolver com competência futuramente o saber filosófico, conforme afirma Antonia:

“Eu sempre quis ser filósofa. Antes de estar na filosofia, cursei pedagogia dois anos em outra instituição. Entretanto, não era o que realmente me deixava confortável. Quando fui aprovada em Filosofia na UEAP abandonei o outro curso e no decorrer das disciplinas fui me identificando com as temáticas e tive certeza que fiz a escolha certa. Tenho absoluta convicção que serei uma excelente filósofa”  
(Entrevista em 10 de outubro de 2012)

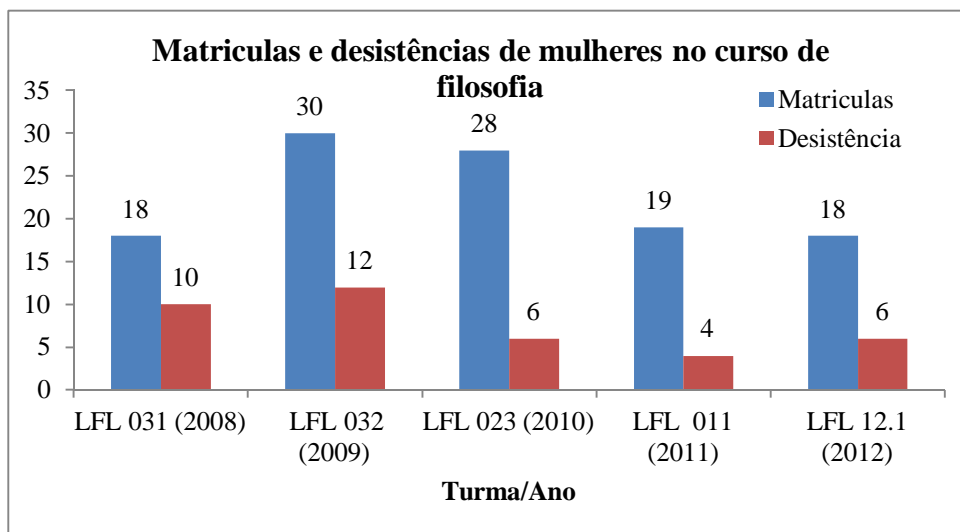
A grande maioria das entrevistadas (56%) escolheu o curso de filosofia por afinidade, ou seja, porque buscam uma visão crítica e reflexiva da realidade através do conhecimento filosófico. Sobre isso Saffioti (2004) aponta é a ‘subjetividade’, que adere à figura feminina um aspecto muito positivo: a capacidade de entender as entrelinhas e o aprimoramento dessa habilidade, a partir do conhecimento, destina ao feminino um respaldo que lhe é inovador. Antes, a famosa “intuição” hoje, a reconhecida capacidade de equilibrar campos aparentemente distintos.

#### 2.4.2 Acesso, permanência e evasão de mulheres no curso de filosofia

O número de matriculas no 1º semestre de cada ano, totalizou 113 mulheres que corresponde a um percentual de 45,2% das turmas. Foram entrevistadas 48 futuras filósofas que correspondem a 22% das acadêmicas.

Ao analisarmos os dados do Gráfico 1 verificamos alto índice de evasão feminina, mas essa é uma realidade que vem ocorrendo na maioria dos centros universitários chamada por Buarque (1994) de crise universitária.

Gráfico 1: Matrículas e desistências das mulheres no curso de filosofia no período de 2008 à 2012



Fonte: UEAP, 2012.

O Gráfico 1 mostra o quantitativo de matrículas e desistências de mulheres no curso de filosofia. Observa-se que no ano de 2008 houve um número considerado de mulheres aprovadas/matriculadas. Observa-se que nos anos de 2010, 2011 e 2012 a desistência foi elevada em relação aos anos anteriores. As acadêmicas atribuem esse elevado índice de desistência a dois fatores. O primeiro é o mercado de trabalho e o segundo é a falta de auxílio dentro da própria universidade, conforme afirma Maria:

“Vejo que há dois importantes fatores que estão contribuindo para a desistência das acadêmicas, que são o mercado de trabalho e a falta de auxílios dentro da UEAP. Muitas colegas perdem o interesse no curso de Filosofia porque o salário de professor não oferece condições suficientes para a manutenção familiar. Esse curso nos habilita para lecionarmos na educação básica, onde o professor é mal remunerado e as condições de trabalhos não são boas. Com isso nos desmotivamos com o futuro. Muitas pensam bem e desistem. O segundo fator que está influenciando na desistência das acadêmicas é a falta de auxílio. Muitas de nós somos pobres e moramos distante. Precisamos nos alimentar, pagar condução, tirar muitas cópias. Nossas famílias nos ajudam, mas, muitas que não tem condições de arcar com essas despesas são obrigadas mesmo a desistir e procurar um emprego para ajudar na renda da família” (Entrevista em 10 de outubro de 2012)

Compreender a evasão dos cursos de graduação pode significar repensar o modelo de atuação universitária perante aos fatores de crises identificadas por Buarque (1994) Baggi e Lopes (2011), e propor enfrentá-la dentro de uma atuação ativa, autônoma, orientada para uma política pedagógica institucional. Identificamos o processo de evasão dos cursos de graduação inserido nas crises de hegemonia e legitimidade da universidade. Segundo Buarque (1994) quando a universidade não proporciona políticas adequadas a atitude do aluno é abandonar o curso, optando de imediato pelo mercado de trabalho.

Buscou-se identificar sobre as políticas de permanência para as minorias ofertadas pela UEAP. Em 2012 a instituição disponibilizou vinte (39) bolsas, sendo 29 de Iniciação Científica e (10) dez do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica. Dessas 39 (trinta e nove) bolsas apenas (04) quatro estavam com acadêmicas de Filosofia. As demais estavam concentradas nos cursos de engenharias. Segundo Schwartzan (2005) o problema da evasão deve ser enfrentado em todo país com políticas voltadas para a permanência de grupo em desvantagem social, tais como negros e mulheres.

### 3 Considerações finais

A pesquisa teve como objetivo compreender a trajetória das mulheres que estudam e/ou estudaram filosofia na universidade do Estado do Amapá no período de 2008 a 2012 buscando identificar problemáticas sobre a evasão dessas discentes. Além da evasão buscou-se discutir medidas de permanência dessas acadêmicas na universidade.

Foram estudadas cinco amostras de populações de discentes do sexo feminino da Universidade do Estado do Amapá. Foram investigadas 19 variáveis e 48 unidades amostrais (mulheres das turmas de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012). Com base nos resultados e discussões apresentadas é possível tecer as seguintes considerações:

a) As acadêmicas do curso de Filosofia da Universidade do Estado do Amapá abandonam o curso e conseqüentemente o seu fazer filosófico ao longo da trajetória acadêmica porque as políticas públicas de permanência voltada para o segmento feminino são insuficientes, ou seja, não atendem suas necessidades.

b) Apesar de tantas manifestações negativas a presença das mulheres na história da filosofia, cabe a ela explicar a existência de filosofas na sociedade, no campo universitário; a história das mulheres é algo um tanto novo no meio acadêmico, mas a questão, aos poucos, vem tornando corporação sendo invadido pelo espaço no ensino superior. Atualmente, a ideia de que a mulher seja inferior ao homem, felizmente já foi ultrapassada.

c) Hoje a situação é bem diferente do início da luta da mulher contra a sua invisibilidade no ramo filosófico. Foi uma longa batalha, vencida depois de muito tempo e de muita dificuldade. Porém, hoje, as mulheres, felizmente, já conseguiram ultrapassar a construção social que se criou a respeito do lugar que deveriam ocupar na sociedade e, buscam assim, a garantia de que realmente ocupem um lugar de igualdade juntamente com os homens na sociedade.



d) Este universo de trabalho feminino necessita aprofundamento de estudo, projeto de políticas públicas a fim de que se compreendam ainda novas mudanças da realidade destas mulheres, sobre a capacidade de se sustentarem, de serem independentes do poder econômico de pai, mãe, marido e outros fins, de criarem novos caminhos e de superarem o sentimento de impotência que aparece quando se encontram diante desses fatores que aprendem com que faz muitas mulheres desistirem de seguir carreiras. Seria muito importante que elas tivessem um espaço onde pudessem refletir sobre suas vidas, trabalho, valores, questões de gênero, a fim de se tornarem agentes de transformação. Onde essas acadêmicas podem-se aproximar-se dos escritores e palestrantes, algumas dessas mulheres conseguirem firmar-se no terreno intelectual como seres pensantes.

## Referências

- ALMEIDA et al. A participação da mulher em organizações sociais rurais na Amazônia: estudo de caso no Arquipélago do Bailique, Estado do Amapá. *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá, v.n06, p.19-31, dez, 2013.
- ANDRIOLI, Lília Ângela. *A mulher na história da filosofia: uma análise na perspectiva da corporeidade*. Revista Espaço acadêmico. ISSN 1519-6186. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/058>. Acesso 11 Nov de 2012.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986.
- ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BAGGI, Cristiane A. S.; LOPES, Doraci, A. L.. *Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica*. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.
- BARBOZA, Jair. O discurso filosófico sobre as mulheres e o amor Kant, Schopenhauer e Nietzsche. *Nat. hum.* [online]. 2009, vol.11, n.1, pp. 59-74. ISSN 1517-2430.
- BAUER, Carlos. *Breve História da mulher no mundo ocidental*. São Paulo: Xamã. Edições Pulsar. 2001.
- BEAUVIOUR, Simone de. *O segundo sexo fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet Difusão Européia do Livro. 1970.Sao Paulo, 4ª edição.
- Brasil (2000). Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – PNE . LEI Nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 10/10/2012.
- BUARQUE, Cristovam. *A aventura da universidade*. São Paulo: editora UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 239 p.
- CAMACHO, Thimoteo. *A Participação das Mulheres no Trabalho Docente: Gênero e Poder na UFES*. Dimensões Revista de Historia da Ufes. Disponível em

<<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2282>>. Acesso em: 14. Out. 2012.

COSTA, Maria Margarete Souza Campos; SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira do. *Mulher e História: uma análise da construção das relações de gênero*. Fato&Versões, Uberlândia, v. 4 n. 7, ISSN 1983-1293, 2012.

CUNHA, Luís Antônio C.R. *A expansão do ensino superior: causas e conseqüências*. *Debate e Crítica*, São Paulo, n.5, p.27-58. 1975.

DUBY, George; PERROT, Michelle. *História das Mulheres: a Idade Média*. Porto: Afrontamento, 1990.

DUBY, George; PERROT, Michelle. *História das Mulheres: do Renascimento à Idade Moderna*. São Paulo: Apontamento, 1991.

FELLICETI, Vera; MOROSINI, Marília C. *Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão*. Ensaio: aval. Pol. pub. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan./mar. 2009.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. *As Mulheres na Filosofia*, Lisboa, Edições Colibri, 2009.

GAIOSO, Natalícia Pacheco de Lacerda. *O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil*. 2005. 75 f. Dissertação de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GUEDES, Moema de Castro. *A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino*. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos* [online]. 2008, vol.15, suppl., pp. 117-132. ISSN 0104-5970.

HADDAD, S. *A Educação Continuada e as políticas públicas no Brasil*. *Revista de Educação de Jovens e Adultos*. V. 1, n. 0, p. 1-113, ago. 2007.

HENRIQUES, Fernanda. *Concepções filosóficas e representações do feminino*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no89, Junho 2010. Disponível no site <<http://www.lusosofia.net/textos/20120319>>. Acesso em 11 Nov. 2012

IBGE (2000). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Novos dados do Censo 2000 confirmam avanços na educação e revelam mudanças nas estruturas familiar e domiciliar*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>>. Acesso em 10 Nov. 2012.

IBGE (2002). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE divulga estudo especial da PME sobre Cor ou Raça. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>>. Acesso em 10 Nov. 2012.

LEITE, Denise Cristina Ferreira; LEMOS, Karla Aparecida; VIEIRA, Márcia Aparecida Lima. Projeto Rondon Julho/2011: Direito da mulher, diferença de gênero, violência contra mulher no município de Amapá/AP. 9ª Mostra Acadêmica UNIMEP. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/9mostra/2/539.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para a educação. In: Bruschini, Cristina; Unbehaum, Sandra G. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34. p.225-242. 2002.

- MENEZES, Magali Mendes de. *Da academia da razão à academia do corpo*. In TIBURI, Márcia.MENEZES, Magali M. de.EGGERT, Edla. (Orgs.) *As mulheres e a filosofia*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.
- MOCELLIN, Renato. *As Mulheres na Antiguidade*. São Paulo, Editora do Brasil, 2000.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto. 2007.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História, Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PILOSU, M. *A Mulher, a Luxúria e a Igreja na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1995.
- RIBEIRO, Karina Nymara Brito; FILOCREÃO, Antônio Sergio Monteiro. Desafios na Amazônia brasileira: a organização de mulheres na reserva extrativista do Rio Cajari no Amapá. In: XIX Congresso Latinoamericano de Sociologia, 2013. *Anais...* Chile-Santiago, 2013.
- ROSA. Graziela Rinaldi. *As relações de gênero na filosofia: vivencia e narrativas de professoras de filosofia*. 2006. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do rio do Sino. Pg.293.
- ROUSSEAU, Jean J. *Emílio ou da educação*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. *Os desencontros e paradoxos de logos e Sofia: um conflito anthro-po-lógico ou gineo-simbólico?* In TIBURI, Márcia./MENEZES, Magali M. de./EGGERT, Edla. (Orgs.) *As mulheres e a filosofia*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.
- SCHWARTZAN, S. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2005.
- SILVA, Sara Penafort; BARROSO, Iraci de Carvalho. O Padrão estético como fator estigmatizante de mulheres vítimas de escarpelamento em áreas ribeirinhas de Macapá e Santana. *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá, v.n06, p.89-101, dez, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/582>. Acesso em: 20 out. 2014.
- TIBURI, Marcia. *As Mulheres e a filosofia como ciência do esquecimento*, 2005. Disponível em:<<http://www.comciencia.br/reportagens/15ghtml>> Acesso em 16 out. 12.
- TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali M. De; EGGERT, Edla. (Orgs.) *As mulheres e a filosofia*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.
- VALLE, Bárbara. O feminino e a representação da figura da mulher na filosofia de Kant. In TIBURI, Márcia./MENEZES, Magali M. de./EGGERT, Edla. (Orgs.) *As mulheres e a filosofia*. São Leopoldo: Editora: UNISINOS, 2002.
- ZAGO, Nadir. (2006). *Do acesso a permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.

Artigo recebido em 03 de novembro de 2014.

Aprovado em 29 de outubro de 2014.